Cazador Resources Ltd.

Memória técnica sobre o projeto de Vila de Rei
(Proc. MN/PPP/518)



Outubro de 2026

INDICE:

1. INTRODUÇÃO 4
2. ENQUADRAMENTO GERAL E LOCALIZAÇÃO 4
3. GEOLOGIA E MINERALIZAÇÕES 7
4. RESENHA HISTÓRICA DOS TRABALHOS DE PROSPEÇÃO E RESULTADOS 9
5. PROGRAMA DE TRABALHOS E INVESTIMENTOS 11
5.1. Programa e Logística 11
5.2. Plano de Investimento 12
6. AMBIENTE, HIGIENE E SEGURANÇA 13
6.1. Plano de reposição das áreas afetadas 15
6.1.1. Procedimentos na preparação de trabalhos 15
6.1.2. Cuidados e procedimentos durante as operações 16
6.1.3. Procedimentos na reposição 16
6.2. Plano de gestão de resíduos 17
6.3. Plano de eficiência e proteção dos recursos hídricos 19
6.4. Outras medidas específicas 20
6.5. Plano de emergência, segurança e saúde 21
7. RESPONSABILIDADE SOCIAL 22
7.1. Avaliação de Impacte Social 22
7.1.1. Implicações Sociais da Exploração Mineira 23
7.1.2. Impacte Após Fecho da Mina 23
7.1.3. Impactes Sociais Positivos 25
7.2. Plano de Responsabilidade Social 26
7.2.1. Estrutura e Componentes dos Planos de Responsabilidade Social 27
7.2.2. Exemplos Concretos 28
7.2.3. Boas Práticas 29
8. PLANO DE COMUNICAÇÃO 30
8.1. Necessidades e Expectativas das Partes Interessadas 30
8.2. Comunicações Externas 31

8.3. Melhoria Contínua 33
9. CONTRAPARTIDAS AO ESTADO E MUNICÍPIOS 33
10. GARANTIAS E PRESTAR 33

1. INTRODUÇÃO

A empresa Cazador Resources Ltd (doravante denominada “CAZADOR”), requereu uma área de prospeção e pesquisa para depósitos minerais de ouro, cobre, chumbo, zinco, prata, estanho, tungsténio e outros minérios para uma área de prospeção e pesquisa, denominada “Área de Vila de Rei”, com 297 km^2, situada nos concelhos de Figueiró dos Vinhos, Ansião , Alvaiázere, Vila de Rei e Ferreira do Zêzere, dividida em dois blocos, a Área Norte com 106 km^2 e a Área Sul, com 191 km^2, cujo processo apresenta o número de cadastro MNPPP518.

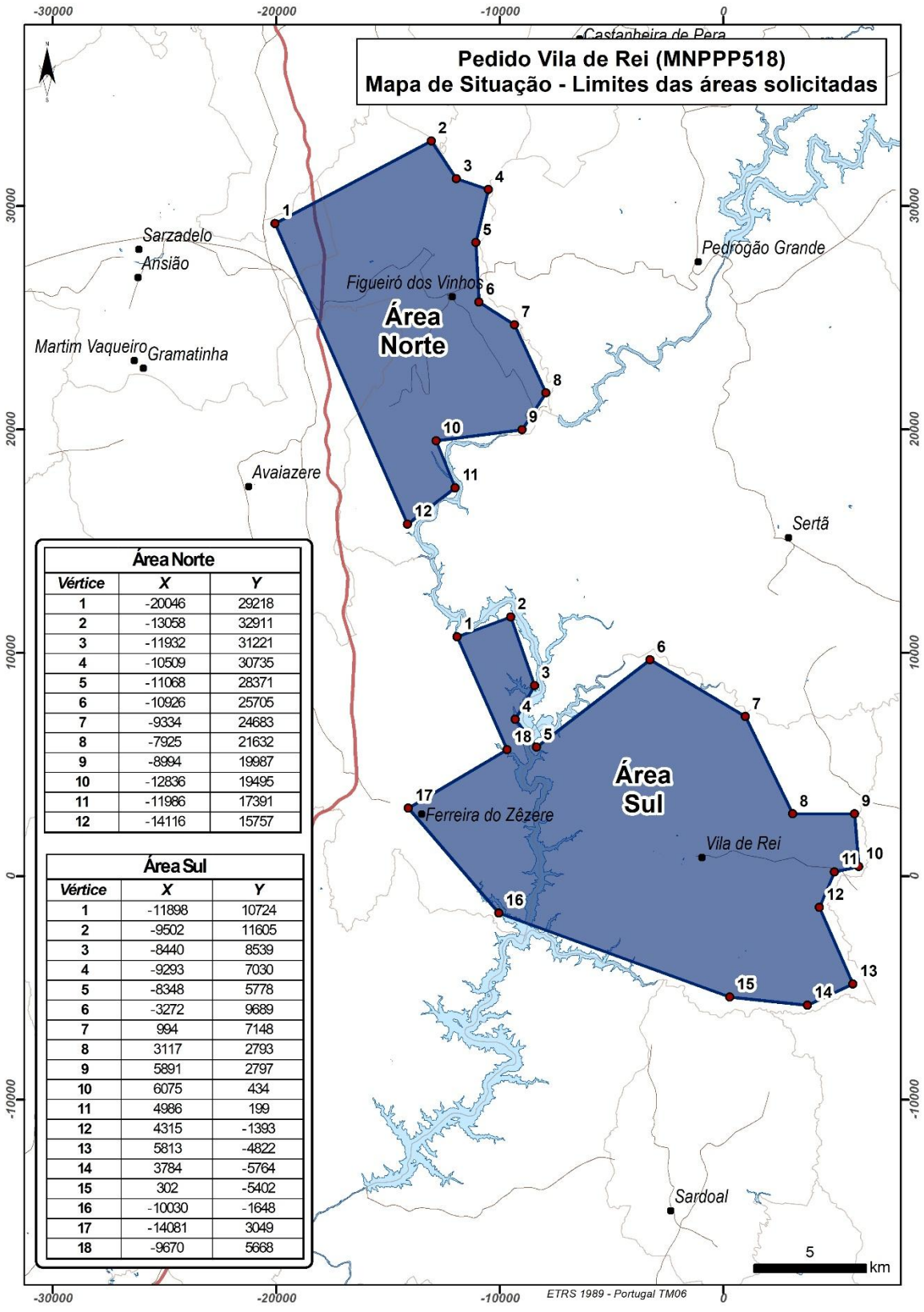
Faz-se um resumo do enquadramento geológico-mineiro da área e sintetiza-se o histórico da prospeção realizada e do reconhecido potencial da área.

Apresenta-se um plano de trabalhos para o período contratual de cinco anos (incluindo uma prorrogação) e dos investimentos previstos num total mínimo de 200.000 euros para o Período Inicial de 3 anos e 300.000 euros para a prorrogação de 2 anos.

Reserva-se ainda atenção especial aos aspetos nas áreas ambiental de segurança no trabalho e, ainda, no que concerne à temática da responsabilidade social e demais informações necessárias à tramitação do processo de acordo com o n.º 1 do artigo 12 do Decreto-Lei n.º 30/2021, de 7 de maio e respetivo Anexo II.

2. ENQUADRAMENTO GERAL E LOCALIZAÇÃO

A área pedida localiza-se na Região Centro do país. Vila de Rei o município que dá nome ao projeto, localiza-se 30 km a norte da cidade de Abrantes e a cerca de 170 km a nordeste de Lisboa. O pedido abrange dois blocos, perfazendo um total de 297 Km^2, o *Bloco Norte*, com cerca de 106 km^2, tendo Figueiró dos Vinhos como polo populacional mais importante e o *Bloco Sul*, com 190 km^2, abrangendo as vilas de Ferreira do Zêzere e Vila de Rei.



Área Norte		
Vértice	X	Y
1	-20046	29218
2	-13058	32911
3	-11932	31221
4	-10509	30735
5	-11068	28371
6	-10926	25705
7	-9334	24683
8	-7925	21632
9	-8994	19987
10	-12836	19495
11	-11986	17391
12	-14116	15757

Área Sul		
Vértice	X	Y
1	-11898	10724
2	-9502	11605
3	-8440	8539
4	-9293	7030
5	-8348	5778
6	-3272	9689
7	994	7148
8	3117	2793
9	5891	2797
10	6075	434
11	4986	199
12	4315	-1393
13	5813	-4822
14	3784	-5764
15	302	-5402
16	-10030	-1648
17	-14081	3049
18	-9670	5668

Figura 1 – Limites da área do pedido de prospeção e pesquisa

A área requerida encontra-se delimitada pela poligonal cujos vértices se encontram definidos, em coordenadas no sistema PT-TM06 ETRS89 (European Terrestrial Reference System, 1989), como segue:

Tabela 1: Coordenadas, em PT-TM06 / ETRS89, dos vértices das áreas do pedido

Área Norte		
Vértice	***X***	***Y***
1	-20046	29218
2	-13058	32911
3	-11932	31221
4	-10509	30735
5	-11068	28371
6	-10926	25705
7	-9334	24683
8	-7925	21632
9	-8994	19987
10	-12836	19495
11	-11986	17391
12	-14116	15757

Área Sul		
Vértice	***X***	***Y***
1	-11898	10724
2	-9502	11605
3	-8440	8539
4	-9293	7030
5	-8348	5778
6	-3272	9689
7	994	7148
8	3117	2793
9	5891	2797
10	6075	434
11	4986	199
12	4315	-1393
13	5813	-4822
14	3784	-5764
15	302	-5402
16	-10030	-1648
17	-14081	3049
18	-9670	5668

3. GEOLOGIA E MINERALIZAÇÕES

A área de prospeção e pesquisa solicitada localiza-se ao longo do contacto entre a Zona Centro-Ibérica, a nordeste, e a Zona de Ossa-Morena, a sudeste. Este contacto é marcado por uma faixa de alto grau de metamorfismo, fortemente deformada, com uma orientação NO-SE, à qual se associam em vários locais, mineralizações de metais preciosos e metais-base em várias secções do segmento desta grande estrutura, conhecida pelo nome de Zona de Cisalhamento de Porto-Tomar-Córdova.

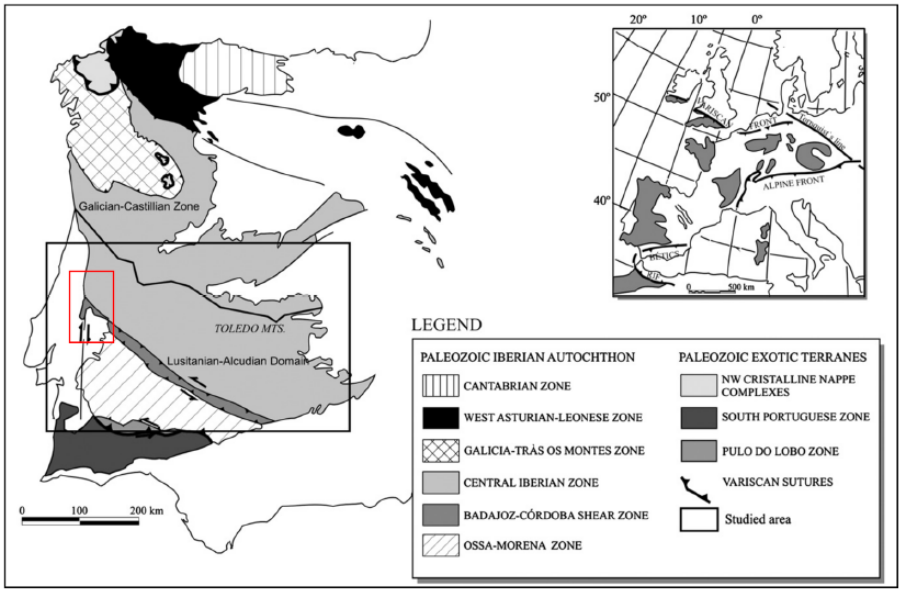


Figura 2 – Mapa com a delimitação das unidades litotectonicas do Maciço Ibérico (modificado de Lotze, 1945; Julivert et al., 1974, Farias et al., 1987 e Quesada, 1991)

As mineralizações de ouro no projeto de Vila de Rei, estão relacionadas com a circulação de fluidos em sequências metasedimentares que ocorreram numa fase tardia da orogenia hercínica. Os fluidos mobilizaram os metais ao longo de um sistema de múltiplas fraturas e precipitaram-nos em filões multigeracionais de quartzo-pirite-arsenopirite-ouro. As mineralizações filonianas auríferas encontram-se albergadas nas rochas meta-sedimentares, algumas ricas em matéria orgânica, interpretando-se que estejam geneticamente associadas com os granitos que terão desempenhado um papel crítico como fonte de calor e a força motriz para a convecção e circulação de fluidos hidrotermais mineralizantes.

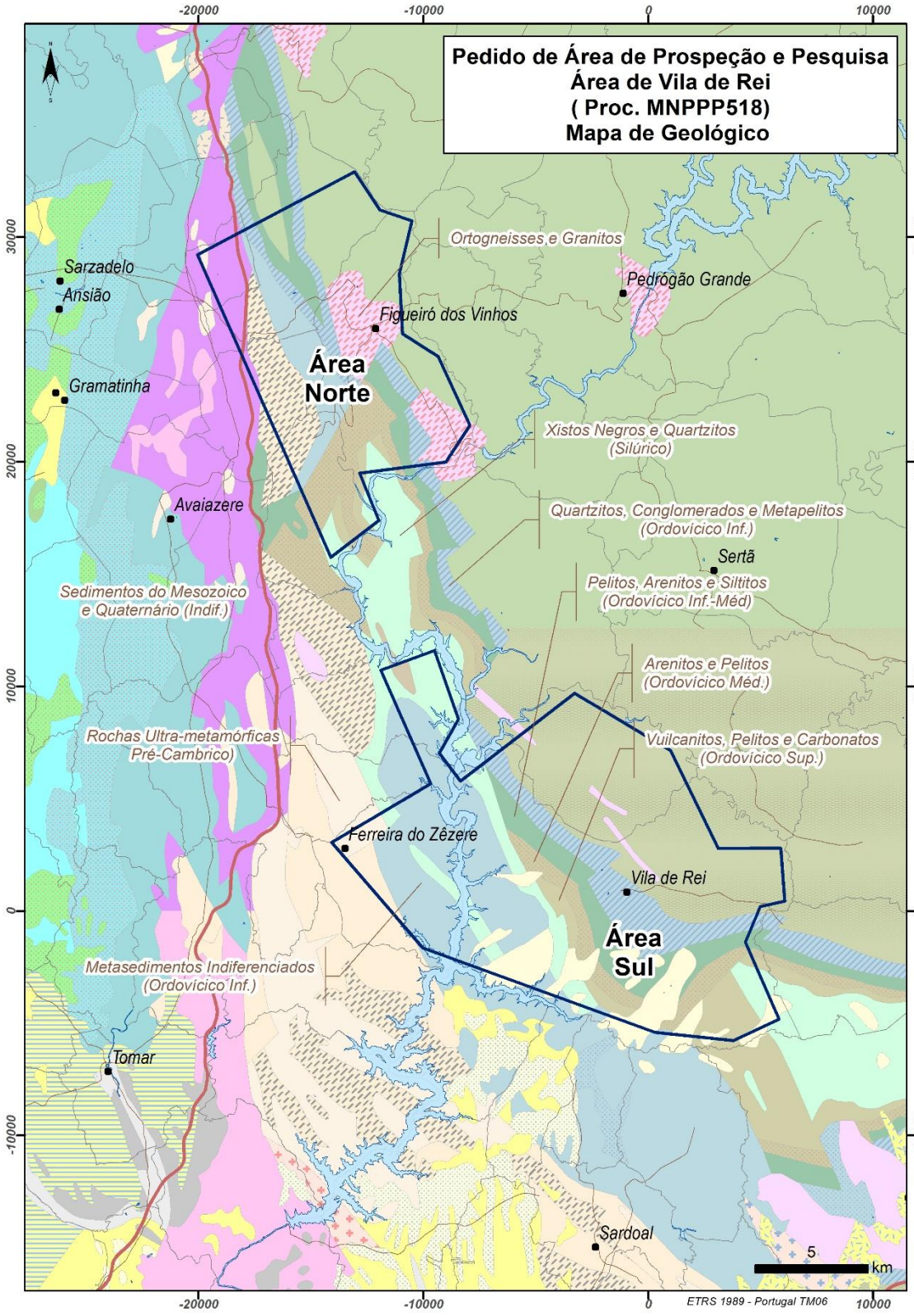


Figura 3 – Mapa geológico simplificado da área pedida
(Adapt. da Carta geológica de Portugal, escala 1:200.000).

O modelo de deposição do ouro na área de Vila de Rei apresenta raras similitudes com o descrito para vários jazigos australianos, nomeadamente o distrito mineiro do Bendigo, e que por analogia poderão ocorrer nas seguintes tipologias lito-estruturais distintas:

- "Saddle Reefs" em charneiras de dobras e em zonas com forte contraste reológico entre siltitos menos competentes e argilitos com quartzitos mais competentes;
- Filões de quartzo gerados em regime extensivo, principalmente nas zonas de charneira de dobras;
- Contacto entre os granitos variscos e as rochas metassedimentares do Grupo das Beiras, retomados por cisalhamentos da fase 3 varisca (D3) segundo NO-SE;
- Filões de direção E-O a ENE-SSO relacionados com zonas de fratura transtensivos;
- Cisalhamentos da 3ª fase de deformação varisca (D3).

O papel do controlo estrutural das mineralizações referido, encontra-se particularmente visível nas áreas de Pombeira e Pampilhal, onde a mineralização parece estar fortemente controlada por fraturas, filões e zonas de brechificação, estando em geral associada a uma forte silicificação.

Existe também uma relação íntima entre as mineralizações e a presença de quartzitos, mais competentes, com espessuras da ordem dos 20-30m, e que, para além de constituírem bons marcadores lito-estratigráficos (Arenigiano), podem ser encarados como "tampões" potenciais na circulação de fluidos hidrotermais, promovendo a deposição mineral nas formações mais permeáveis. Estes aspetos são particularmente visíveis na zona do Salgueiro, onde se observa mineralização nos contactos entre a base da unidade quartzítica e os metassedimentos, subjacentes, constituídos por xistos e siltitos.

4. RESENHA HISTÓRICA DOS TRABALHOS DE PROSPEÇÃO E RESULTADOS

A prospeção e a exploração de ouro na região de Vila de Rei remontam ao período de

ocupação romana. Existem extensos trabalhos dessa época em aluviões do Terciário, principalmente na Ribeira de Codes e Rio Zêzere, localmente designados por *Coieiras*.

Os trabalhos mais recentes incluíram vários programas de prospeção para ouro durante as últimas sete décadas. No final dos anos oitenta o estado português (Serviço Fomento Mineiro - SFM) realizou trabalhos de prospeção em Tomar e Vila de Rei incluindo cartografia detalhada, amostragens de rocha, solos e de sedimentos de corrente e geofísica (VLF e Magnéometria).

A área foi concessionada entre 2005 e 2010 ao grupo Canadiano, Redcorp Ventures Ltd., que realizou amostragens de sedimentos de corrente e litogeoquímica dos afloramentos principalmente em Vila de Rei e Figueiró dos Vinhos. Em Vila de Rei a campanha de sedimentos de corrente cobriu 88 km2 com uma densidade de amostragem de 1 a cada 2.7 km^2. Em Figueiró dos Vinhos foram recolhidas 13 amostras numa área correspondente a 45 km^2 com uma densidade de amostragem de 1 a cada 3.4 km^2.

Entre 2013 e 2015 veio a área a ser concedida novamente a uma empresa canadiana, A Medgold Resources. Os trabalhos de prospeção e pesquisa desenvolvidos envolveram, no primeiro ano de prospeção e pesquisa, a recolha e estudo de informações prévias coligidas por outras empresas e/ou trabalhos académicos realizados. Efetuaram-se trabalhos de campo com vista ao reconhecimento e validação de alguns dos dados compilados e procedeu-se ainda à recolha e análise de amostras de rocha em Pampilhal, Douro, Estevais, Salgueiro e Corisco.

Nesta campanha levou-se a cabo uma extensa amostragem litogeoquímica, tendo-se colhido mais de 250 amostras para análises químicas. Seguiram-se amostragens, estudos de deteção remota, amostragens de sedimentos de corrente e ainda amostragens por ranhuragem, das faixas mineralizadas em linhas (100 amostras no total), para detalhar a informação sobre a distribuição dos teores auríferos nas faixas mineralizadas mais significativas, entretanto identificadas. Completado este programa, procedeu-se à integração dos resultados obtidos, tendo a MedGold decidido pelo abandono da área por não terem, na ótica da empresa, detetado nestas campanhas alvos tangíveis, resultantes dos trabalhos anteriores.

5. PROGRAMA DE TRABALHOS E INVESTIMENTOS

5.1. Programa e Logística

O plano de trabalhos adiante resumido foi delineado com base no potencial reconhecido, demonstrado pela presença de trabalhos mineiros antigos para ouro, desde o período de ocupação romana até mais recentemente, entre o século XIX e a metade do século XX.

A aplicação de novos modelos metalogénicos, na prospeção das áreas conhecidas para além de ouro e prata, pretende pôr a descoberto novos tipos de mineralizações por identificar, a associação de certos elementos, entre eles o cobalto, níquel e eventualmente platinóides, a intrusões máficas de origem mantélica, potencialmente portadoras de concentrações económicas destas substâncias e de outras eventualmente por identificar. Destaque-se que apesar do potencial demonstrado para poder albergar mineralizações auríferas com significado económico, esta área não foi ainda investigada com sondagens, trabalhos que a CAZADOR pretende realizar rapidamente, após conclusão dos estudos dos dados existentes e do reconhecimento inicial do terreno, incluindo caerografia, amostragens geoquímicas e geofísica.

O plano geral dos trabalhos a executar é o seguinte:

Período Inicial (3 anos):

- Compilação dos dados geológico-mineiros existentes e estabelecimento de uma nova base de dados em formato digital;
- Reconhecimento das ocorrências e trabalhos antigos e a sua caracterização por amostragem sistemática para lito e pedogeoquímica;
- Cartografia geológica de pormenor, com especial incidência sobre as estruturas mineralizadas conhecidas, e outras potencialmente portadoras de mineralizações (1/5000 ou 1/10000);
- Amostragem sistemática para litogeoquímica em roços ou trincheiras a executar;
- Levantamentos geofísicos no terreno (magnetometria, radiometria e métodos elétricos). Eventualmente levantamentos aeroportados;
- Avaliação do potencial das estruturas mineralizadas com sondagens mecânicas e planeamento dos trabalhos subsequentes.

Na prorrogação (2 anos):

A natureza e o volume dos trabalhos serão determinados em função dos resultados obtidos durante o Período Inicial, prevendo-se nesta fase dar maior enfoque a trabalhos de pormenor, nomeadamente com sondagens em malha, caso se venha a justificar, para além de outros trabalhos de pormenor, incluindo amostragens e geofísica, em áreas e/ou anomalias específicas a detalhar.

5.2. Plano de Investimento

O volume total do investimento mínimo previsto é de 500.000 € (quinhentos mil euros), assim repartido: 200.000 € (duzentos mil euros) no período inicial de três anos e 300.000 € (trezentos mil euros) no período de prorrogação de dois anos.

Os investimentos previstos, para levar a bom porto o plano de trabalhos proposto pelo grupo CAZADOR para o projeto de Vila de rei, serão assegurados através de fundos próprios da empresa, ou de investidores externos, não se descurando a possibilidade de entrada em bolsa, em função dos resultados obtidos, para apoio a eventuais ampliações do investimento previsto.

A coordenação técnica do projeto caberá à direção da CAZADOR, sendo que o apoio técnico e logístico ao projeto será fornecido pela própria empresa e por colaboradores técnicos externos, facultando nomeadamente pessoal técnico qualificado e logística de acordo com o necessário, incluindo instalações, equipamento e veículos, conforme necessário.

Apresenta-se de seguida um quadro sintético discriminando em 9 rúbricas o plano inicial de investimento no projeto, o qual será devidamente atualizado e detalhado com a evolução dos trabalhos.

Tabela 2: Plano de investimento

	Investimento previsto (€)	
Rúbrica	**Período Inicial (3 anos)**	**Prorrogação (2 anos)**
Sondagens mecânicas	86 000	125 000
Geoquímica	13 000	22 000
Geofísica	15 000	40 000
Compensações e rendas	2 500	10 000
Equipa técnica	65 000	80 000
Veículos e deslocações	7 500	10 000
Equipamento e material técnico e logístico	1 500	3 500
Higiene, Segurança e Ambiente	1 500	3 500
Escritório, informática e comunicação	8 000	6 000
Total (€)	**200 000**	**300 000**

Na execução dos trabalhos, a CAZADOR sempre tem recorrido às mais avançadas metodologias de prospeção, apoiando-se em pessoal especializado, pretendendo vir a integrar nos seus quadros um grupo jovem e dinâmico de elementos de nacionalidade maioritariamente portuguesa, e ainda de outras nacionalidades e experiências profissionais variadas.

Caso a aposta na descoberta de um jazigo economicamente viável na área agora requerida, surta os devidos efeitos, a CAZADOR terá o apoio para o seu desenvolvimento, da vasta experiência mineira dos seus quadros técnicos e do recurso a especialistas externos, tanto através de fundos próprios, como na capacidade de se financiar no mercado, como atrás referido

Em suma, e pelo atrás exposto, se afirma que a empresa se encontra claramente habilitada a empreender qualquer projeto mineiro em Portugal.

6. AMBIENTE, HIGIENE E SEGURANÇA

A CAZADOR irá implementar um conjunto de padrões, procedimentos e regras gerais de atuação das equipas de, e ao serviço da empresa, com o objetivo de garantir o desenvolvimento da sua atividade dentro das melhores e mais atualizadas regras de conduta.

Prevê-se implementar um conjunto de procedimentos que visam garantir a segurança das equipas. Será elaborado um “Dossier de Campo” abrangendo todos os documentos oficiais incluindo contratos, planos anuais e autorizações formais por parte dos titulares dos terrenos, planos de emergência e códigos de conduta (social e rodoviária).

Em paralelo ir-se-á preparar, especificamente para o projeto, um conjunto de procedimentos de execução técnica, com vista a uma normalização dos processos. Estes processos a implementar abrangem: i) amostragens de rochas por ranhuragem, ou de mão, de solos, de sedimentos de corrente; ii) protocolos de Controlo de Qualidade (QA/QC); iii) Sondagens e trincheiras, incluindo registo, localização geográfica e procedimentos de segurança e ambientais.

A localização dos trabalhos de prospeção, em particular os com maior perturbação potencial no terreno, como as sondagens e trincheiras, terão sempre em conta a minimização de impactes ambientais, visuais e de proteção às espécies arbóreas autónomas.

Os solos de cobertura, eventualmente mobilizados pelos trabalhos de campo para acessos, sondagens ou trincheiras serão armazenados, em áreas a definir, para posterior aproveitamento na modelação do terreno e encerramento das escavações provisórias. Assinale-se que, no decurso destes trabalhos, estará sempre presente um empenho inequívoco por parte da CAZADOR relativamente à vertente ambiental, atendendo à suscetibilidade específica da zona. Este aspeto será tido em conta em qualquer estudo de viabilidade económica que venha futuramente a ser desenvolvido.

No período do contrato de prospeção e pesquisa e, espera-se que, mais tarde, durante uma fase de exploração, caso tal venha a concretizar-se, serão observadas as mais estritas medidas de proteção e recuperação ambientais, envolvendo as comunidades locais por forma a maximizar sinergias e beneficiar de forma sustentável, direta ou indiretamente, as áreas de intervenção e limítrofes no apoio à agricultura, silvicultura, pastorícia, atividades lúdicas e recreativas, conservação da natureza, entre outras.

6.1. Plano de reposição das áreas afetadas

A execução de sondagens, trincheiras e sanjas implica o acesso e instalação no terreno de máquinas pesadas, viaturas ligeiras e pessoas, de uma forma segura e eficiente.
Estas operações têm por vezes impactos diretos na orografia, solos e no seu uso, verificando-se a necessidade de operar dentro de um regime equilibrado entre a área de implantação segura e o mínimo impacto possível.

6.1.1. Procedimentos na preparação de trabalhos

Na preparação de acessos será sempre selecionado o caminho mais curto e eficiente, com vista à minimização da área afetada pela desmatação, remoção de solos e nivelamento do terreno.

Na execução das plataformas para a instalação de máquinas de sondagem será necessário ter em conta as limitações físicas de posicionamento das máquinas, nomeadamente mantendo uma distância segura relativamente a paredes (rocha), árvores ou outros obstáculos sensíveis. Prevê-se para as sondagens mecânicas o posicionamento do equipamento dentro dos limites duma plataforma de 10x15m alinhada com a direção de perfuração, considerando-se sempre essa como a área de ocupação a ser afetada pela desmatação, remoção de solos e nivelamento. Já as trincheiras ou sanjas deverão apresentar medidas máximas de: 50m de comprimento, 1 metro de largura na base e um máximo de 1.8m de profundidade.

No caso das sondagens é também necessária a abertura de bacias provisórias de decantação, usualmente duas, com medidas máximas de 5x3m e 2.5m de profundidade, sempre revestidas a plástico, impermeável e resistente.

A remoção da camada de solo (para qualquer atividade de prospeção e pesquisa avançada) será revestida de cuidados adicionais. Os solos serão armazenados em pilhas temporárias que posteriormente serão utilizadas para a reposição das áreas.

Os blocos de rocha extraídos através como resultado da preparação de acessos ou da abertura das bacias de decantação, trincheiras ou sanjas, serão armazenados em pilhas

temporárias, separadas e próximas das zonas escavadas, sendo posteriormente utilizadas para a reposição das áreas afetadas.

As máquinas envolvidas nestas operações serão retroescavadoras ou escavadoras giratórias, equivalentes às utilizadas em obras de construção civil e obras públicas, e serão contratadas localmente, sempre que possível.

6.1.2. Cuidados e procedimentos durante as operações

Durante os trabalhos serão monitorizadas as condições de armazenamento dos solos e rochas, em especial em períodos climatéricos mais extremos de vento forte ou chuva, e tomadas medidas adicionais, como a rega para retenção de poeiras, ou a criação de canais de drenagem de águas, para garantir a estabilidade desses materiais.

Em todos os casos, os trabalhos manter-se-ão abertos somente durante o tempo estritamente necessário até à conclusão dos estudos, permanecendo devidamente isolados e sinalizados de acordo com a normas e regulamentos.

6.1.3. Procedimentos na reposição

Após a conclusão dos trabalhos, será avaliada a possibilidade de reposição do terreno à sua situação inicial. Em alguns casos as plataformas, bacias de decantação, trincheiras ou sanjas podem vir ser utilizada para outros fins, como base para a execução de outras sondagens com diferentes orientações, ou ser necessária a aplicação de outras técnicas de investigação no mesmo local, implicando potenciais atrasos na conclusão destes trabalhos, sendo sempre a DGEG informada em devido tempo.

A reposição dos terrenos será feita com o escombro produzido, utilizado para preencher os espaços vazios resultantes das escavações e, no final, a camada de solos inicial, a qual terá sido armazenada separadamente do material rochoso.

Em situações onde a vegetação afetada seja de importância relevante, protegidas, ou com baixo nível de crescimento espontâneo, poderá ser promovida uma sementeira com espécies autóctones. Considerando o contexto local (terrenos agrícolas, montados e baldios florestais) não se espera que a utilização destes métodos seja necessária.

Será efetuado um registo fotográfico formal do estado prévio, durante a operação e depois de reabilitado.

6.2. Plano de gestão de resíduos

A maior parte dos resíduos de prospeção e pesquisa esperados são as lamas resultantes do processo de perfuração com lubrificação de água, pelo que os materiais escavados serão utilizados para preenchimento dos mesmos espaços vazios de onde foram retirados, e em volumes muito pouco significativos.

As lamas resultantes do processo de perfuração encontram-se definidas na Lista Europeia de Resíduos (LER), usualmente classificadas com os códigos:

- *LER010504* – "Lamas e outros resíduos de perfuração contendo água doce"
- *LER010506* – "Lamas e outros resíduos de perfuração contendo substâncias perigosas"
- *LER010599* – "Outros resíduos não anteriormente especificados"

No caso vertente, considera-se que os resíduos se enquadrarão na primeira categoria (*LER10504*).

As lamas resultantes da perfuração, acumuladas nos tanques de decantação e de retenção, depois de naturalmente desidratadas, serão recobertas com o material da escavação original, incluindo a camada de solo superficial na parte superior que será separada do material rochoso.

Tratando-se de resíduos estéreis, o seu processamento consistirá essencialmente na remoção dos plásticos usados na impermeabilização dos tanques de decantação e entrega no aterro sanitário mais próximo. No entanto ir-se-á proceder a uma monitorização apertada com análise das lamas, sendo de imediato comunicado às autoridades competentes a eventual existência de contaminantes e desenvolvidas as devidas ações de mitigação, que,

no entanto, se crê não virem a ser necessárias. Caso se venha a constatar a presença de elementos contaminantes nas lamas residuais, estas passarão a ser objeto de gestão efetiva de resíduos, promovendo-se a sua remoção integral da área de trabalho e encaminhando-se para empresas certificadas na gestão deste tipo de resíduos. Neste último caso optar-se-ia pela contratação de uma empresa de gestão de resíduos (EGEO) capaz de encaminhar e processar estes resíduos de forma adequada e certificada, para o aterro CIRVER (capaz de receber estes materiais independentemente do seu grau de perigosidade).

Por exigência legal, as lamas (resíduos aquosos) resultantes da perfuração serão sempre classificadas de acordo com as normas definidas na legislação de resíduos, sendo a recolha, transporte e destino, assegurados pela entidade gestora de resíduos, munida das certificações e licenças necessárias para a gestão desses mesmos resíduos. Serão registadas, arquivadas e comunicadas todas as operações envolvidas no processo. Estas ações serão documentadas através de um registo fotográfico detalhado.

Devido à maior relevância com que estes tipos de trabalhos se revestem, centramo-nos na perfuração com recolha de testemunho, deixando por definir outras metodologias que não são consideradas nesta fase significativas, nomeadamente sondagens de grande diâmetro, carotadas ou ainda destrutivas, com ou sem circulação inversa.

Assim, no caso da perfuração com diâmetros “convencionais”, estima-se que a quantidade de lamas que se irão produzir poderá variar entre 7,2 kg/m e 10,9 kg/m, respetivamente quando se perfura em diâmetro NQ ou HQ (ver tabela anexa), sendo este resíduo tão somente a diferença entre o volume contido na tubagem exterior e o volume na tubagem interior, este último o correspondente testemunho que, naturalmente, se conserva. Assim, no que toca à campanha de sondagens prevista de cerca de 1000 metros, prevê-se a produção de um total entre 7 e 11 toneladas de resíduos ao longo de toda a campanha. Esses resíduos, conforme atrás referido, se não na totalidade, na sua maioria, deverão ser enquadrados na lista Europeia de Resíduos dentro da categoria de “Lamas e outros resíduos de perfuração contendo água doce” (Código LER01504).

Tabela 3: Volumes e massas de lamas por diâmetros de perfuração. Fonte: Christensen Roder: Coroas diamantadas : Diâmetros Externos e Diâmetros Internos.

TIPOS DE COROAS	A-Diam Ext (mm)	B-Diam Int (mm)	A-Area (cm2)	B-Area (cm2)	A-Volume (cm3)	B-Volume (cm3)	A-Massa (g)	B-Massa (g)	DELTA (MASSA)
AQ	47.6	27.0	17.8	5.7	1 779	572	4 802	1 545	3 257
BQ	59.6	36.5	27.9	10.5	2 788	1 046	7 529	2 824	4 705
NQ	75.3	47.6	44.5	17.8	4 451	1 779	12 018	4 802	7 215
NQ2	75.3	50.7	44.5	20.2	4 451	2 018	12 018	5 448	6 570
NQ3	75.3	45.0	44.5	15.9	4 451	1 590	12 018	4 292	7 726
HQ	95.7	63.5	71.9	31.7	7 189	3 165	19 411	8 546	10 865
HQ3	95.7	61.1	71.9	29.3	7 189	2 931	19 411	7 913	11 499
PQ	122.0	85.0	116.8	56.7	11 684	5 672	31 547	15 313	16 233
PQ3	122.0	83.1	116.8	54.2	11 684	5 421	31 547	14 636	16 910
BTW	59.6	42.0	27.9	13.8	2 788	1 385	7 529	3 739	3 790
NTW	75.3	56.1	44.5	24.7	4 451	2 471	12 018	6 671	5 347
HTW	95.7	70.9	71.9	39.5	7 189	3 946	19 411	10 654	8 757

Nota: Massa específica considerada de 2.7 g/cm^3

6.3. Plano de eficiência e proteção dos recursos hídricos

As operações potencialmente impactantes na hidrologia, embora numa escala insignificante, restringem-se essencialmente às sondagens mecânicas com carotagem, as quais acarretam a injeção e consequentemente consumo de água, necessária para o arrefecimento e lubrificação dos equipamentos de perfuração e também como auxiliar de limpeza do furo, por remoção do resíduos de rocha. Os volumes de água necessários para estas operações serão garantidos por duas vias, a recirculação da água nas bacias de decantação, e a admissão de uma pequena parte de água limpa para compensar as perdas no furo.

A água limpa será obtida a partir de uma captação provisória a licenciar junto das entidades competentes (APA-RH), com recurso a um trator equipado com depósito e bomba (JOPER) ou havendo as condições ideais, com a captação de água através de bombeamento direto a partir da linha de água.

A seleção do ponto de captação terá em conta o contexto hidrológico superficial e subterrâneo da área e as necessidades de água deste tipo de operações, garantindo que não será relevante o impacto nos caudais das águas superficiais, ou nos aquíferos subterrâneos.

Relativamente aos riscos de contaminação dos recursos hídricos, todas os aditivos de perfuração serão compatíveis com o uso em captações de água para consumo humano (com certificação CE), sendo que alguns desses aditivos visam a minimização das perdas de água para o maciço, isolando o furo e colmatando infiltrações através das paredes.

Todas as zonas de risco de derrames (abastecimento combustível ou circuitos hidráulicos das máquinas) serão devidamente protegidas por meio de membranas ou bacias de retenção.

6.4. Outras medidas específicas

- Não serão instaladas máquinas nos leitos ou margens das linhas de água;
- Todas as máquinas com circuitos hidráulicos deverão ter kits de recolha de derrames, e as máquinas de sondagens montadas sobre bacias de retenção ou geomembranas absorventes de hidrocarbonetos;
- Todos os níveis freáticos medidos nos furos serão registados;
- Todos os furos serão selados com tampa, imediatamente após a sua conclusão;
- No caso de furos de sondagem que sejam selecionados para pontos de monitorização do aquífero, as tampas e instalações serão do tipo permanente;
- No caso dos furos sem objetivos futuros, serão selados com cimento, como medida de proteção do aquífero,
- Nos relatórios anuais de trabalhos serão elencados os furos e o estado relativo à proteção das águas subterrâneas (aberto ou selado) com registo fotográfico, e descrição de quaisquer instalações nos furos (piezómetros ou eventuais captações licenciadas);
- Em alguns casos os proprietários dos terrenos solicitam que se entregue o furo para aproveitamento. Nesse caso, será da responsabilidade do proprietário a manutenção e licenciamento do furo, sendo esta responsabilidade passada por escrito e comunicada à DGEG e APA-RH.

Considera-se prematura a definição, nesta fase, de um número total de sondagens a realizar, com exatidão. Contudo e para se dar uma ordem de grandeza exemplificativa, assumiu-se um total de 1000 metros para um total de 5 sondagens com 200m cada. Com base em valores médios históricos conhecidos, antecipa-se um consumo médio diário de água num total aproximado de 10 metros cúbicos, com um máximo estimado de 15 metros cúbicos.

Dissecando em maior detalhe as estimativas, chegamos a valores ainda inferiores, nunca se atingindo esse limite. Os consumos de água calculados com base em dados históricos de prospeção cifram-se entre os 0.20m^3 e os 0.35m^3 por metro perfurado, dependendo em grande parte da velocidade de penetração e, naturalmente, das caraterísticas hidrológicas do subsolo, conforme atrás referido.

6.5. Plano de emergência, segurança e saúde

Sendo a segurança de pessoas, ambiente e património, o critério primordial do trabalho sustentável e responsável, verifica-se a necessidade de implementar um Plano de Emergência, Segurança e Saúde que inclua:

- A formação efetiva e presencial de todos os envolvidos nas operações, nas áreas de suporte básico de vida, reação em caso de emergência, combate primário a incêndios e comportamento na estada;
- A formação efetiva e presencial de todos os envolvidos nas operações sobe o modo de comunicação e comportamento com a comunidades locais, proteção do ambiente e animais;
- A preparação dum Plano de Sinalética e Informação às Comunidades sobre as áreas de risco dos trabalhos, incluindo a vedação total das áreas de trabalhos e vedação separada das bacias de decantação;
- A preparação dum Plano de Emergência afixado e fornecido a todos os trabalhadores com contactos de emergência (polícia, bombeiros, centros de saúde e entidades gestoras de redes de abastecimento público de água e eletricidade) e localização de hospital mais próximo em mapa;
- A obrigatoriedade de uso de Equipamentos de Proteção Individual em todas as zonas de movimentação de máquinas, corte de amostras e manuseamento de cargas, nomeadamente o uso de capacete, óculos ou viseiras de proteção, protetores auriculares ou supressores de ruído, máscaras de poeiras, luvas e botas com proteção de biqueira e sola.

Todos os envolvidos nas operações deverão obter certificados de aptidão médica, seguros de acidentes de trabalho, e as operações no terreno deverão estar cobertas por um seguro de responsabilidade civil, aplicando-se estes critérios a todos os sub-empreiteiros a operar

no Projeto.

7. RESPONSABILIDADE SOCIAL

7.1. Avaliação de Impacte Social

A prospeção e, de forma ainda mais acentuada, a exploração mineira, têm impactes significativos nas comunidades envolventes. Estes impactes sociais manifestam-se desde o momento em que se inicia a pesquisa e avaliação de recursos minerais, prolongando-se frequentemente muito para além do términus da atividade extrativa.

A análise dos impactes sociais da atividade mineira deve atender ao seu ciclo de vida: a prospeção (pesquisa e avaliação de recursos), a exploração propriamente dita (extração intensiva) e a fase pós-fecho (abandono ou reconversão das instalações).

Cada etapa comporta desafios e oportunidades distintos para as regiões e populações afetadas.A fase de prospeção, que antecede a exploração propriamente dita, implica frequentemente a entrada de equipas técnicas, a realização de levantamentos geológicos e de sondagens geológico-mineiras.

Embora à partida menos invasiva do que a exploração, a fase de prospeção e pesquisa pode já causar alguma preocupação e incerteza social, com receios sobre expropriações, alterações de uso do solo, eventuais deslocações forçadas, alterações nas dinâmicas económicas locais (afluxo de trabalhadores externos), pressões sobre a habitação e infraestruturas básicas e ainda alguns impactes sobre atividades agrícolas, turismo ou património, devido a movimentações de solo e ruído das intervenções técnicas.

A perceção por parte das comunidades, muitas vezes insuficientemente esclarecidas, é frequentemente alvo de controvérsia, e a falta de transparência no processo decisório da atribuição dos direitos, mina a confiança pública. Para colmatar e evitar estas situações é imperiosa uma relação de total transparência e proximidade com todos os intervenientes, assim como a um comprometimento sério do ponto de vista dos apoios nas infraestruturas locais, sociais, educativas e desportivas.

A empresa CAZADOR, possui um longo e excelente historial de relacionamento próximo

com as populações e comunidades locais no continente norte-americano, estando a mesma prática, salvaguardadas as devidas diferenças, prevista nas atividades futuras na mesma linha de atuação.

7.1.1. Implicações Sociais da Exploração Mineira

Quando se avança com uma operação mineira de larga escala, os efeitos sociais multiplicam-se e intensificam-se. As principais questões e receios que correntemente são colocadas, são em geral as seguintes:

- Receios de que a extração possa implicar a cedência forçada de terras privadas e comunitárias, perda de meios de subsistência tradicionais e a deslocação das populações residentes;
- Transformações abruptas no tecido económico e social, com criação de emprego direto e indireto, mas também aumento de assimetrias salariais e sociais;
- Afluxo descontrolado de trabalhadores migrantes (nacionais e estrangeiros) , alterando a demografia local e podendo gerar tensões e conflitos culturais;
- Problemas de saúde pública e laboral, em virtude de condições de trabalho perigosas e exposição a poluentes e resíduos tóxicos;
- Diminuição ou substituição das atividades económicas tradicionais, frequentemente não recuperáveis mesmo após o fecho da mina.

Mesmo reconhecendo os efeitos positivos, como a dinamização de infraestruturas e aumento de receitas municipais, os benefícios não são automaticamente duradouros. Muitas vezes, a longo prazo, é acentuada a dependência económica da comunidade face à empresa mineira, dificultando a diversificação económica após o encerramento da exploração.

7.1.2. Impacte Após Fecho da Mina

O pós-fecho pode impactar no equilíbrio económico e social de regiões inteiras, caso não sejam criadas alternativas sustentáveis durante o período de atividade. A saída abrupta das empresas pode deixar um legado de desemprego (e terá deixado no passado em alguns casos), degradação ambiental e abandono de infraestruturas.

Os passivos sociais e ambientais impactam de forma duradoura a saúde pública e a

qualidade de vida, obrigando as comunidades e o Estado a suportar elevados custos de recuperação. Deverá estar sempre em cima da mesa um programa fiável e robusto de remediação ambiental, económica e social para mitigação desse potencial fenómeno, apoiado por claras garantias materiais.

Os principais impactes sociais da prospeção mineira concentram-se nas alterações significativas no dia-a-dia das comunidades afetadas e no uso do território, mesmo antes do início da exploração industrial. Enumeram-se de seguida os impactes sociais mais comuns manifestados já desde a fase das atividades de prospeção e pesquisa:

- Incerteza e ansiedade na comunidade: Muitas vezes, a mera possibilidade de extração mineral gera preocupações sobre expropriações, deslocações, alteração de usos do solo e impacte sobre património natural e cultural;
- Mudanças no uso do solo: A prospeção pode resultar em restrições à atividade agrícola e turística, com deslocação de atividades económicas tradicionais e conflitos pelo uso do território;
- Pressão sobre infraestruturas locais: O afluxo de técnicos e trabalhadores aumenta a procura de alojamento, alimentação e serviços básicos, criando pressões sobre as infraestruturas existentes;
- Transformação da dinâmica social: Entrada de trabalhadores exteriores pode alterar o equilíbrio demográfico e resultar em fenómenos como inflação, aumento de preços, desequilíbrio de género e tensões culturais;
- Potenciais riscos à saúde e segurança: Movimentações de solo, uso de químicos na fase de prospeção e ruído podem impactar a saúde pública, mesmo que em escala inicialmente limitada;
- Défice de informação e participação: Muitas vezes, as comunidades não recebem informações claras sobre o que está a ser feito nem participam nos processos decisórios, gerando resistência e desconfiança social;
- Possível impacte ambiental indireto: Mesmo em fase de prospeção, pode haver contaminação de solos e águas, destruição de habitats e prejuízo para a fauna e flora local.

Estes fatores tornam a prospeção mineira uma fase já marcada por impactes sociais relevantes os quais, não sendo mitigados, poderão evoluir para situações de conflito e

agravamento na fase de exploração industrial.

A política clara e inequívoca da CAZADOR vai no sentido de evitar, a todo o custo, que estas questões se coloquem e, na impossibilidade de o fazer, manter sempre um relacionamento próximo e aberto, informando sempre as populações e atuar em conformidade para encontrar soluções.

7.1.3. Impactes Sociais Positivos

A prospeção mineira e a mineração geram impactes sociais positivos, sobretudo em contextos onde a atividade é gerida de forma responsável e transparente, promovendo o desenvolvimento local e a qualidade de vida nas regiões envolventes. Faz-se de seguida uma resenha dos principais impactes sociais positivos:

- Criação de Emprego: A abertura de minas leva à criação de postos de trabalho diretos e indiretos, dinamizando o mercado de trabalho local e permitindo a fixação da população residente.
- Desenvolvimento Regional: O setor mineiro pode impulsionar o desenvolvimento económico e social ao estimular o comércio, aumentar o rendimento das famílias, e promover novas atividades económicas ligadas à cadeia de mineração.
- Investimentos em Infraestruturas e Serviços: Muitas comunidades mineiras beneficiam de infraestruturas melhores (estradas, escolas, centros de saúde) resultantes de projetos de responsabilidade social e investimentos das empresas mineiras.
- Apoio a Programas Sociais e de Educação: Existem iniciativas de formação profissional, capacitação de trabalhadores e apoio a projetos comunitários, que contribuem para o desenvolvimento humano e a melhoria dos índices de educação.
- Promoção da Inclusão Social: A mineração pode promover a inclusão de grupos sociais marginalizados através da criação de oportunidades e da integração económica regional.

Ainda que existam na atualidade somente três minas a operar em Portugal na área dos minerais metálicos (para além de vários projetos mineiros em fase de licenciamento), entende-se que o balanço custo/benefício é manifestamente positivo nos casos em análise.

Em Portugal, as comunidades mineiras de Castro Verde e Almodôvar, ligadas à mina de Neves Corvo, e da de Aljustrel no Baixo Alentejo e da Panasqueira, na Beira Baixa, reportam benefícios como a dinamização do tecido social, aumento do poder económico local, surgimento de eventos e tradições culturais e programas de responsabilidade social das empresas mineiras. Destaque-se que os salários médios destas comunidades são significativamente mais elevados do que a média nacional, figurando inclusivamente o concelho de Castro Verde como o que possui o valor do salário médio mensal o mais elevado do país em 2024 (2.479€/mês), diretamente relacionado com exploração de mina de Neves Corvo.

A prospeção geológica, geofísica e geoquímica, que idealmente levará ao desenvolvimento duma operação mineira com significado económico, é uma atividade com potencial de gerar benefícios económicos e sociais, contudo encerra alguns riscos potenciais para as populações e territórios afetados. O verdadeiro desafio reside em garantir uma abordagem equilibrada, onde o desenvolvimento não se faça à custa do esvaziamento social, cultural e ambiental das regiões mineiras.

Este desafio coloca-se presentemente à CAZADOR que pretende realizar uma campanha de prospeção séria e competente neste projeto e, espera-se, traga sucesso e bem-estar económico futuro à empresa e às populações, na observância estrita das práticas, normas e leis ambientais em vigor, nacionais e internacionais.

7.2. Plano de Responsabilidade Social

O setor mineiro, essencial para o desenvolvimento económico à escala global, enfrenta desafios sociais significativos que exigem um compromisso rigoroso com a responsabilidade social empresarial. Um plano eficaz contribui para minimizar impactes negativos nas comunidades e maximizar benefícios sociais, ambientais e económicos. Diversas iniciativas e normativas internacionais orientam a construção desses planos.

Em linha com estas normativas, a empresa CAZADOR, encontra-se dotada dos meios materiais e humanos para levar a cabo projetos geológico-mineiros desde a fase inicial de prospeção, durante a produção e no fim de mina e remediação final.

Pretende-se ir ao encontro, dentro do possível, das necessidades e aspirações das comunidades locais e do interesse nacional, levando até ao limite o esforço para minimizar os passivos sociais, contribuindo para o bem-estar geral das populações durante todo o ciclo de vida da operação. As principais ações a desenvolver encontram-se assinaladas neste documento, com o detalhe possível para esta fase do processo do pedido de área de Conchas Portugal.

Na contratação de pessoal, em número limitado nesta fase inicial, e na aquisição de bens e serviços ou subempreitadas, dar-se-á prioridade à oferta local, recorrendo-se somente a empreiteiros de fora da área, no caso de impossibilidades de ordem logística ou de mercado. Este critério será naturalmente aplicado e largamente ampliado, caso os estudos venham a evoluir para uma operação mineira à escala industrial, já no âmbito de uma exploração mineira, numa fase posterior.

7.2.1. Estrutura e Componentes dos Planos de Responsabilidade Social

Tenta-se elencar de seguida o conjunto de fatores críticos que deverão presidir no plano a implementar no terreno subordinado aos seguintes tópicos:
Envolvimento e diálogo com as partes interessadas:

- Mapeamento das comunidades e identificação dos principais atores sociais;
- Estabelecimento de canais de comunicação e consultas permanentes;
- Sessões públicas e audiências para discutir preocupações, expectativas e propostas;
- Criação de comissões de acompanhamento compostas por representantes da empresa, autoridades locais e sociedade civil.

Avaliação e gestão dos impactes sociais:

- Realização de Estudos de Impacte Social participativos;
- Planeamento para minimizar deslocações, perda de meios de subsistência e impactes culturais;
- Medidas para proteger grupos vulneráveis (populações locais, minorias, famílias de baixa renda);
- Monitorização contínua durante todo o ciclo do projeto.

Programas de benefícios sociais e desenvolvimento comunitário:

- Projetos de capacitação profissional e qualificação para empregos diretos e indiretos;
- Apoio à agricultura, turismo e outras atividades económicas locais alternativas;

- Investimento em infraestruturas comunitárias;
- Fomento da preservação cultural e ambiental do território.

Transparência e prestação de contas:

- Divulgação pública dos relatórios de impacte ambiental e social;
- Transparência financeira;
- Implementação de mecanismos independentes de auditoria e monitorização.

Gestão de reclamações e resolução de conflitos:

- Sistemas acessíveis para recolha e tratamento de queixas das comunidades;
- Medidas conciliatórias e diálogo construtivo para resolução de disputas.

7.2.2. Exemplos Concretos

Normas ISO 14001 e UNE 22480

A norma internacional ISO 14001 de gestão ambiental, bem como a norma UNE 22480 de gestão mineira sustentável, incluem na sua estrutura requisitos aplicáveis para operações mineira sem mineração, incluindo, desde o compromisso com as comunidades desde as fases iniciais, à avaliação de impactes ambientais e sociais de forma antecipada e mitigação segundo uma hierarquia clara. Abrange também áreas da transparência quanto a receitas e pagamentos relacionados com as operações, o planeamento para legados sustentáveis, visando benefícios a longo prazo para as comunidades anfitriãs e, finalmente, a certificação independente das operações segundo normas rigorosas. Estes princípios norteiam projetos no mundo inteiro e podem ser adaptados a contextos locais, como, já em uso no setor mineiro em Portugal.

Exemplos portugueses

Exemplos de ações previstas ou em curso em Portugal, segundo orientações do Ministério do Ambiente e do Decreto-Lei nº 30/2021 incluem:

- Comunicação prévia e pública efetiva junto de municípios e populações;
- Participação das comunidades em grupos consultivos durante prospeção e exploração;
- Programas de formação profissional para integração laboral local;

- Compensações económicas e sociais a populações afetadas, monitorizadas regularmente;
- Criação de fundos locais para o desenvolvimento comunitário sustentável.

Estas práticas encontram-se implementadas em grande medida, se não na sua totalidade, pelas empresas mineiras a operar em Portugal, nomeadamente Neves-Corvo pertencente ao grupo sueco Boliden e as minas de Aljustrel do grupo nacional Almina, ambas de cobre e zinco e a mina da Panasqueira, do grupo canadiano Almonty, produtora de tungsténio e estanho.

7.2.3. Boas Práticas

Adaptar essas práticas às realidades locais e garantir uma participação social efetiva são os caminhos para a mineração socialmente responsável e duradoura, princípios esses abraçados pela CAZADOR. Bem atentos aos desafios que se colocam frequentemente aos projetos mineiros e de prospeção, nomeadamente a resistência por parte das comunidades locais, motivada por deficiências de informação e confiança, Terá igualmente que se fazer uma gestão realista de expectativas quanto aos benefícios económicos e sociais e que estes sejam distribuídos de forma equitativa e duradoura e que se implementem mecanismos eficazes para mitigar danos ambientais e sociais.

As boas práticas a levar a cabo, incluem as seguintes ações:

- Estabelecer diálogo permanente e transparente com todas as partes interessadas;
- Envolver as comunidades desde o início do projeto, com consulta efetiva e decisões partilhadas;
- Monitorizar e reportar regularmente os impactes, ajustando ações conforme necessário;
- Promover parcerias locais para fortalecer a capacidade de desenvolvimento sustentável;
- Monitorizar e reportar regularmente os impactes, ajustando as ações conforme necessário.

Os planos de responsabilidade social são instrumentos vitais para o desenvolvimento sustentável no setor mineiro. Adaptar essas práticas às realidades locais e garantir uma

participação social efetiva são os caminhos para a mineração, socialmente responsável e duradoura, princípios esses abraçados pela CAZADOR.

8. PLANO DE COMUNICAÇÃO

A CAZADOR tem como objetivo manter uma comunicação aberta e participativa com todas as partes envolvidas, tais como acionistas, funcionários, fornecedores, a administração local, regional e nacional, organizações não governamentais e a comunidade local, com o propósito de mantê-los informados sobre as políticas, o desenvolvimento ambiental e sustentável e os avanços do projeto, compreendendo seus pontos de vista e identificando qualquer oportunidade de melhoria, garantindo em todo momento a transparência e a veracidade.

8.1. Necessidades e Expectativas das Partes Interessadas

O principal objetivo ao definir as partes interessadas relevantes é poder conhecer as suas opiniões de forma direta por meio de consultas. A CAZADOR procurará conhecer a perceção pública de como a empresa poderá contribuir para atender às suas expectativas da população, a fim de mitigar possíveis preocupações sociais, ambientais e políticas, e facilitar espaços de diálogo eficazes que promovam a confiança e o entendimento mútuos.

As comunidades locais geralmente são compostas por uma diversidade de atores, cada um com interesses, necessidades e níveis de informação distintos. Nesse contexto, são identificados como público-chave:

- Residentes das áreas próximas às zonas de exploração;
- Proprietários de terras afetadas;
- Autoridades locais e regionais;
- Comerciantes e empresas locais;
- Organizações comunitárias e ambientais;
- Meios de comunicação locais.

Entre as principais necessidades e expectativas pessoais e coletivas, destacam-se:

- Impacte ambiental das operações da empresa;
- Oportunidades de emprego e desenvolvimento local;

- Aceso a informações claras;
- Transparência na gestão de recursos e atividades;
- Garantias de segurança e saúde.

8.2. Comunicações Externas

As comunicações recebidas ou emitidas, sejam ascendentes ou descendentes (das partes interessadas para a empresa ou da empresa para as partes interessadas, respetivamente), assim como a sua forma de tratamento e resolução, são consideradas importantes e indicativas de uma gestão eficaz, para além de contribuírem para uma boa imagem externa da CAZADOR. Ao mesmo tempo, no caso de comunicações relacionadas a queixas, reclamações ou similares, ajudam na redução ou até eliminação das causas que as possam ter provocado.

Para levar a cabo esses objetivos, a CAZADOR estabelece canais de comunicação externa para receber, emitir, gerir, documentar e resolver as questões e solicitações por parte dos *stakeholder*s. Observam-se os seguintes tipos de comunicação externa conforme sua origem:

- Da CAZADOR para o exterior: comunicações destinadas a informar ou solicitar informações de partes interessadas externas à empresa, que podem ser realizadas pelos seguintes canais:
  - ✓ Eventos públicos;
  - ✓ Organização de visitas com palestras informativas;
  - ✓ Boletins informativos periódicos e/ou pontuais;
  - ✓ Contacto pessoal, escrito, telefónico ou eletrónico;
  - ✓ Site institucional.

- Do exterior para a CAZADOR: comunicações relacionadas a pedidos de informação, queixas ou reclamações dirigidas à empresa por partes interessadas externas, que podem ser realizadas pelos seguintes canais:
  - ✓ Comunicação direta pessoal com membros da empresa por escrito ou via eletrónica. Essas comunicações serão encaminhadas ao responsável pela sua gestão;

- ✓ Comunicação por escrito ou via eletrónica com o pessoal responsável pela receção das comunicações.

A estratégia de comunicação da empresa baseia-se em três pilares: transparência, diálogo proativo e disponibilidade constante, para atender consultas ou resolver situações que possam surgir durante as operações. Serão implementadas, especificamente, as seguintes medidas:

- Criação de documentação informativa onde seja apresentada a empresa e fornecidos os contactos dos responsáveis de operação e comunicação, contendo uma descrição breve dos trabalhos a efetuar, localização prevista das intervenções e informação sobre os próximos passos, com o objetivo principal de informar e gerir expectativas sociais e políticas;
- Criação de canais gerais de comunicação preferencial com autarquias locais (Município e Freguesias), estabelecidos por meios formais de informação, incluíndo reuniões de esclarecimentos e fornecimento de documentação informativa;
- Criação de canais individuais de comunicação com proprietários e titulares de direitos de superfície, com o objetivo principal de permitir a ocupação temporária dos terrenos.

Paralelamente, contar-se-á com:

- A manutenção regular dos canais de comunicação, e atualização das informações relevantes aos agentes locais (autarquias ou representantes sociais);
- A disponibilização permanente dos responsáveis de operação e comunicação para prestar esclarecimentos ou garantir condições para a resolução de quaisquer incidências que possam surgir durante as operações.

Adicionalmente, e com o objetivo de fomentar o envolvimento ativo da comunidade e fortalecer os vínculos de confiança, poderão ser organizadas diversas atividades informativas e participativas. Entre elas, incluem-se jornadas abertas, palestras técnicas em instituições de ensino e visitas guiadas às áreas de atividade, quando as condições de segurança assim o permitirem. Essas atividades permitirão não apenas compartilhar informações técnicas, mas também ouvir as vozes locais, responder diretamente às perguntas e demonstrar o real compromisso da empresa com o desenvolvimento sustentável do território.

8.3. Melhoria Contínua

Para garantir a efetividade do Plano de Comunicação, será implementado um sistema de monitorização baseado em indicadores qualitativos e quantitativos. Entre os aspectos a serem avaliados, inclui-se: a quantidade de reuniões realizadas, o nível de participação da comunidade, o número de preocupações recebidas e sua resolução, bem como o grau de conhecimento e aceitação social do projeto.

Os resultados dessa avaliação serão revisados periodicamente e, com base nas conclusões obtidas, serão realizados os ajustes necessários no plano. A comunicação será entendida como um processo dinâmico e em constante evolução, que deve se adaptar às mudanças do contexto e às novas expectativas da comunidade.

9. CONTRAPARTIDAS AO ESTADO E MUNICÍPIOS

As contrapartidas ao Estado e aos Municípios serão as previstas na Lei, no Âmbito da Revelação de Recursos geológicos. A definição de garantias futuras e encargos de exploração deverão ser definidas na negociação do Contrato de Prospeção e Pesquisa.

Refira-se também que, sempre que possível e adequado, existe a possibilidade de constituir grupos de trabalho em colaboração com o Município ou organismos locais, para duma forma mais próxima e aberta informar a população, promover a empregabilidade, a formação de quadros técnicos, possibilitando a fixação de trabalhadores.

10. GARANTIAS E PRESTAR

As Garantias a prestar ao Estado e Autarquias serão as previstas na Lei, no Âmbito da Revelação de Recursos geológicos, por meio de garantias financeiras prévias à celebração dos contratos.

Porto, 14 de outubro de 2026

Pel'A Direção da Cazador Resources,

J. M. Castelo Branco, *EuroGeol*